

Rosa dos ventos

MAURICIO DIAS



FRASE

**"O PT ajoelhou.
Agora tem de rezar"**

(De um deputado
nordestino, ateu, ao falar
da reaproximação do
partido com o presidente
da Câmara,
Eduardo Cunha)

As duas faces de Moro

► Juiz da Operação Lava Jato tira a máscara e toma decisões de marcada influência político-partidária

IMPARCIAL E ISENTO são verbetes fáceis de ser encontrados em qualquer dicionário da língua portuguesa. Impossível é encontrar qualquer ser humano capaz de alcançar tais virtudes. Ela foi, todavia, usada às escâncaras nos últimos meses para brindar o juiz Sergio Moro, titular da 13ª Vara Criminal de Curitiba, no Paraná, comandante da Operação Lava Jato, deflagrada em março de 2014 pela Polícia e Ministério Público federais.

Moro promoveu um fato inédito no País ao mandar para a cadeia, em grande quantidade, gente influente e de dinheiro. Todos supostamente corruptos ou corruptores, enriquecidos com ilícitos em torno da Petrobras. Uma decisão elogiável. Em torno da decisão do magistrado, à semelhança do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa, durante o julgamento do chamado "mensalão", a ingenuidade e a malícia política fizeram brotar a esperança de ter sido resgatada a moralidade no Brasil. Aparentemente, surgira um magistrado preocupado unicamente em fazer justiça.

Doa a quem doer, era o que se podia traduzir de suas ações iniciais. Esse é um lado da moeda. Há o outro.

Não há mesmo neutralidade em nenhum ato humano. Assim, aos poucos, o jovem magistrado, 43 anos, já famoso, saiu da trilha judicial. Moro tem direito a pensar politicamente como quiser. Está impedido, porém, de contaminar as decisões profissionais com cores partidárias. Tirada a máscara, despontou um militante antipetista. A militância interferiu em várias decisões judiciais dele.

A mais recente foi o ataque ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Recebeu alguns advogados dos acusados da Operação Lava Jato. Para Moro, houve tentativa indevida das empreiteiras "de obter uma interferência política em seu favor no processo judicial". Embora o ministro tenha feito uma trapalhada, ao esconder da agenda de trabalho a audiência aos advogados, fica claro que o juiz Sergio Moro fez outra.

Antes disso, o juiz fechou os olhos para um fato relevante. Um dos acusados, Pedro Barusco, no papel de delator, contou no depoimento que, como gerente-executivo da Petrobras, tinha recebido a primeira propina em 1997. Portanto, durante o governo de FHC. Isso foi sepultado pelos agentes policiais, pelos promotores e, por fim, pelo magistrado.

Eles, curiosamente, esqueceram. Da primeira propina, porém, os corruptos nunca esquecem. Não há espaço para falar dos vazamentos seletivos do processo, liberados em Curitiba. A mídia se esbalda. Há um grande painel dessas irregularidades que transformam suposições em fatos consumados e dão à delação premiada o caráter de fé pública. Curiosamente Moro deixou escapar um alerta. Ele próprio avisa: "As delações ainda carecem de provas", mas contemporizou: "Elas estão parcialmente amparadas". Uma contradição? Talvez "*mea-culpa*"? Qual o valor de provas "parcialmente amparadas"?

Do STF foi lançada a primeira indicação sobre os descuidos do magistrado. Tomou posição pública o irrequieto ministro Marco Aurélio Mello, após dizer que acompanhava "com incredulidade" as notícias da Operação Lava Jato. "No Brasil, exceção virou regra: prende-se para depois apurar." Mello destacou a "condução coercitiva" de João Vaccari, tesoureiro do PT, que resistiu à convocação, mas não se recusou a depor. Contra isso, invocou a ironia: "A criatividade humana é incrível... eu nunca tinha visto nada parecido. E as regras continuam as mesmas".



Simpático
aos tucanos?



Cunha cuida
de esquecer
Ulysses Guimarães

TV Cunha I

Após anunciar a intenção de “resgatar a independência” da Câmara dos Deputados, o Poder Legislativo, das garras do governo, o Poder Executivo, em claro desprezo aos antecessores dele no cargo, como, por exemplo, Ulysses Guimarães, Eduardo Cunha quando não tem nada a fazer dedica-se a procurar pelo em ovo.

Quer agora interferir na TV Câmara para, supostamente, dar prioridade “à atividade dos deputados”.

Criada em 1998, essa televisão pública transmite, ao vivo, as sessões plenárias e acompanha os trabalhos das comissões permanentes e seminários e telejornais sobre os trabalhos dos parlamentares, entre outras coisas.

Talvez o objetivo do presidente da Câmara seja outro.

TV Cunha II

A TV Câmara tem uma consistente programação cultural de produção nacional, e com ela, conquistado prêmios focada nos direitos humanos.

Eis alguns programas premiados: *Florestan Fernandes – O mestre*, uma série chamada *Contos da Resistência* sobre o golpe de 1964 e os documentários *Chico Mendes – Cartas da Floresta* e *A Tortura Ainda Resiste no País*.

Certamente, isso não agrada a Cunha. Ele se prepara

para intervir na programação. Aguardem os próximos capítulos.

Califado maranhense I

Foi muito difícil a disputa no Maranhão pelo governo estadual. No entanto, o ex-deputado Flávio Dino (PCdoB) derrubou, no voto, 50 anos de domínio da família Sarney.

Parece, no entanto, mais difícil desmontar a estrutura de poder existente.

Uma das descobertas de Dino é que perto de 60% das despesas da administração anterior não eram computadas no Portal da Transparência. Nesse montante estavam incluídos repasses da Secretaria da Saúde para municípios.

O secretário da pasta era Ricardo Murad, cunhado de Roseana Sarney. O município campeão em arrecadação desse tipo foi Miranda do Norte, com 10 milhões de reais ao longo de 2014.

Califado Maranhense II

Não terá sido por coincidência que, nessa cidade, a filha de Murad recebeu expressiva votação. Andrea Murad obteve 1.955 votos na cidade: 20% do total de eleitores.

Enquanto o dinheiro saía pelo ladrão, dívidas iam se acumulando na Secretaria da Saúde. Dino herdou dívida que chegou a 184 milhões de reais por serviços presta-

dos na saúde. Com muito esforço o governo atual pagou, em janeiro, 86,6 milhões de reais de contas deixadas pelo cunhado de Roseana Sarney, a ex-governadora.

Chame o Leão, Joaquim I

No ano de 2013, a Fiscalização da Receita Federal constituiu crédito tributário no valor de 190,1 bilhões de reais, valor que superou em 63,5% o total das autuações ocorridas no ano de 2012.

O resultado é o recorde da Fiscalização da Receita Federal. Tal valor foi resultado de 20.414 procedimentos de auditoria externa e 308.622 procedimentos de revisão interna de declarações de Pessoas Físicas, Jurídicas e ITR, que totalizaram 329.036 procedimentos de fiscalização.

Chame o Leão, Joaquim II

Os auditores fiscais voltam às ruas em março.

No início do próximo mês, farão ato em frente ao Ministério da Fazenda, com o propósito de alertar o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, para o constante esvaziamento da Receita Federal.

“Se o governo quer ajustar fiscal, precisa arrecadar. Se precisa arrecadar, precisa da Receita. Se não reforçar a Receita, o governo é o maior prejudicado”, lamenta Cláudio Damasceno, presidente do Sindifisco Nacional.

Há um déficit de 10,5 mil fiscais na Receita Federal.

Na boca do forno

Voltou ao debate a PEC da Bengala, que amplia de 70 para 75 anos o tempo de permanência na magistratura.

Caso seja aprovada, Marco Aurélio Mello passará para a história como o ministro com maior tempo de atuação no STF.

Ele terá usado a toga por 31 anos e 29 dias.

Em junho, Mello completará 25 anos de atuação no STF.

Nomeado pelo primo, o então presidente Fernando Collor, pela regra constitucional vigente ficará no Supremo até julho de 2016, quando completará 70 anos.

O recorde de permanência no STF é do ministro aposentado José Carlos Moreira Alves, que ficou no cargo por 27 anos e 3 meses.

Nomeado pelo general-presidente Ernesto Geisel, Moreira Alves foi substituído por Joaquim Barbosa.